

Em Defesa da Força Conjunta Prática Assimilada na Base Balad

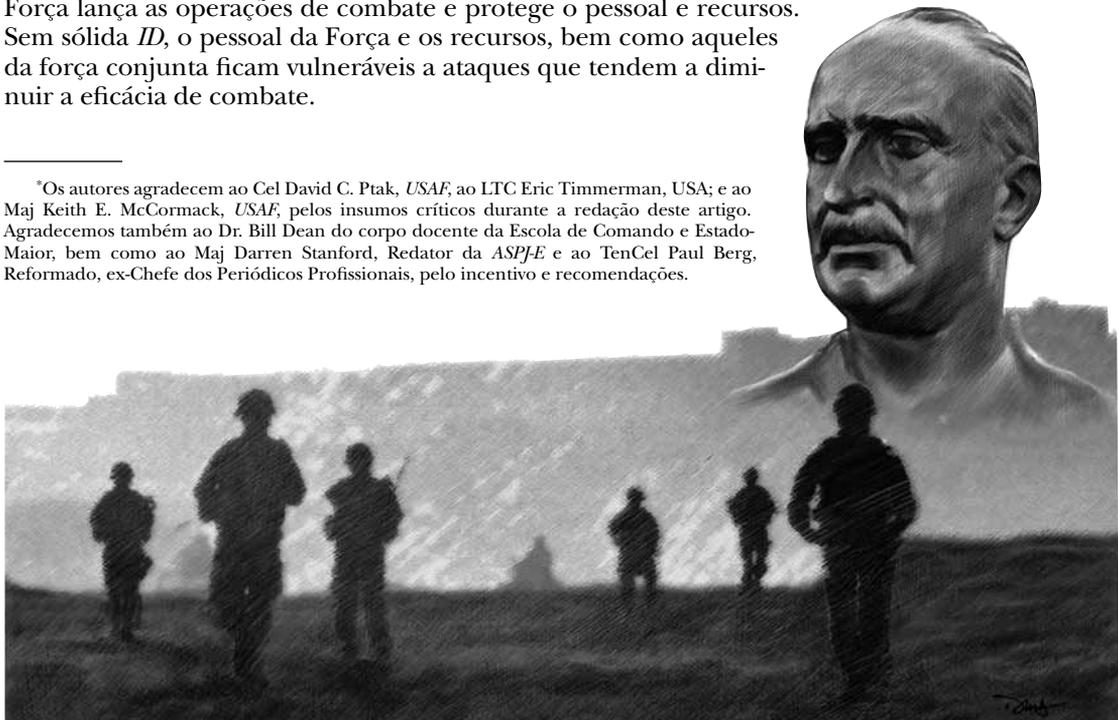
TENCEL SHANNON W. CAUDILL, USAF
CEL ANTHONY M. PACKARD, USAF
TENCEL RAYMUND M. TEMBREULL, USAF*

A integração eficaz das forças conjuntas não expõe pontos fracos ou deficiências ao adversário. Rápida e eficientemente descobre e explora as vulnerabilidades críticas e outros pontos fracos do inimigo, pois [são o que] mais contribuem ao cumprimento da missão.

—Joint Publication 1,
Doctrine for the Armed Forces of the United States

O GENERAL ITALIANO, Giulio Douhet, há tempos notou que “é mais fácil e eficaz destruir a capacidade aérea do inimigo, arrasando os *ninhos e ovos* no solo, do que caçar os pássaros no ar.”¹ Esse conceito ressoa no Documento da Doutrina da Força Aérea [*Air Force Doctrine Document*], *Air Force Basic Doctrine*: “O poder aeroespacial é muito mais vulnerável no solo. Assim, a proteção da força é imprescindível ao emprego do poder aeroespacial.”² No entanto, a defesa da Base, ou seja, a defesa dos recursos aéreos no solo é um dos aspectos operacionais menos compreendidos. A estratégia atual da Força Aérea para defender as Bases Aéreas é designada Defesa Integrada [*Integrated Defense – ID*], anteriormente denominada Defesa de Base Aérea [*Air Base Defense*] ou Defesa Terrestre de Base Aérea [*Air Base Ground Defense*]. A *ID* oferece o fundamento seguro, segundo o qual a Força lança as operações de combate e protege o pessoal e recursos. Sem sólida *ID*, o pessoal da Força e os recursos, bem como aqueles da força conjunta ficam vulneráveis a ataques que tendem a diminuir a eficácia de combate.

*Os autores agradecem ao Cel David C. Ptak, USAF, ao LTC Eric Timmerman, USA; e ao Maj Keith E. McCormack, USAF, pelos insumos críticos durante a redação deste artigo. Agradecemos também ao Dr. Bill Dean do corpo docente da Escola de Comando e Estado-Maior, bem como ao Maj Darren Stanford, Redator da ASPJE e ao TenCel Paul Berg, Reformado, ex-Chefe dos Periódicos Profissionais, pelo incentivo e recomendações.



Antes das guerras do Iraque e Afeganistão, a Força considerava as ameaças provenientes do outro lado do perímetro da Base a responsabilidade dos outros setores das Forças Armadas ou do governo da nação anfitriã.³ A Força Aérea e o Exército assinaram o Acordo de Segurança Conjunta [*Joint Security Agreement*] 8, em 1985. Formalmente, delegava ao Exército a defesa do perímetro exterior das Bases da Força Aérea.⁴ Com o advento de 2005 esta chegou à conclusão de que o Exército não teria tropas suficientes em certas ocasiões para o desempenho eficaz da missão. Por conseguinte, os líderes da Força e do Exército puseram um fim ao acordo, dando aos Comandantes da Força Aérea maior latitude para defender as Bases com os próprios recursos.⁵ O Brig Gen Robert Holmes, ex-Diretor das Forças de Segurança e de proteção da força notou em 2006 que “as forças de manobra do componente terrestre estarão bem diluídas em futuro próximo. Desta forma, a Força Aérea deve investir em capacidade para conseguir projetar, de forma segura, ambos os poderes: o aéreo e o terrestre.”⁶ A Força Aérea anunciou nova estratégia em defesa de Bases Aéreas em 2007. Este conceito de *ID* requeria o “emprego de medidas de defesa ativas e passivas, distribuídas ao longo da área de operações, de acordo com a definição jurídica, a fim de atenuar riscos em potencial e combater ameaças inimigas às operações da Força Aérea.”⁷ A abordagem operacional de *ID* exigia nova perspectiva, a fim de destacar as tentativas de compilação de inteligência terrestre em ambiente operacional e transferir as operações de segurança, de modelo baseado em conformidade, a conceito baseado em capacidade, como “competência de batalha fundamental para todos os Militares da Força, quer abrigados na guarnição ou destacados ao campo.”⁸ A *ID* incentiva a operação de defesa de Base, verdadeiramente colaborativa, com os parceiros conjuntos e combinados, bem como abordagem de sistemas para a defesa das Bases Aéreas.

A Força Aérea aceitou a nova função de liderança no Iraque em 2008, convertendo-se em Coordenadora de Apoio [*Base Operating Support Integrator – BOS-I*] para a Base Balad

Conjunta [*Joint Base Balad – JBB*], anteriormente denominada Área Anaconda - Apoio de Logística [*Logistics Support Area Anaconda*] e Base Aérea Balad. Esta função outorgou à Força Aérea a responsabilidade de defender a Base e as forças conjuntas designadas, inclusive levar a cabo a contrainsurgência [*Counter-Insurgency – COIN*], bem como operações anti-fogo indireto [*counter-indirect-fire – IDF*] fora do perímetro da Base.⁹ O pessoal apelidou a *JBB* de *Mortaritaville* [aliteração de *Margaritaville*, a canção de Jimmy Buffett], porque quase que diariamente entrava baixo ataque de morteiros e foguetes, ameaçando, não só a missão de combate, mas também a força conjunta.¹⁰ Com o emprego de *IDF*, os insurgentes interrompiam e impediam as operações com êxito. Em essência, a estratégia de defesa da Base, antes de 2008, era perseguir os atiradores de *IDF*, após o ataque. Às vezes, contratacavam com fogo de bateria, tendo em mira o ponto de origem dos disparos. Antes de a Força Aérea tornar-se o *BOS-I*, podia-se descrever a postura de defesa do exterior da Base como reativa:

No início de 2004, a Balad estabeleceu um programa para combater essa interferência armada. O plano requeria o amplo emprego de *UAVs* [*Unmanned Aerial Vehicles – Veículos Aéreos Não-Tripulados*, agora denominados *RPA – Remotely Piloted Aircraft – Aeronaves Remotamente Pilotadas*], helicópteros, radar de combate à bateria e forças de reação para atacar as forças inimigas *uma vez iniciados os ataques de interferência* (grifo adicionado). As forças de rápida reação foram posicionadas na Base (muitas vezes transportadas via helicóptero) e fora da Base, em veículos. Os resultados foram mais que decepcionantes. A ofensiva contra Balad aumentou, de forma dramática.¹¹

Logo ficou aparente que seria necessário nova abordagem. Na capacidade de *BOS-I*, a Força Aérea dedicou aos Militares a função de defesa do perímetro exterior da Base, no maior destacamento de combate de forças de segurança desde a Guerra do Vietnã. Em execução de nova filosofia de defesa *ID*, aquela nova função comprovou a defesa da *JBB* com êxito. Os motivos foram diversos: (1) a Força Aérea prestou atenção ao que havia apren-

dido durante a defesa de Bases Aéreas no Vietnã, designando analistas de defesa à inteligência de defesa terrestre; (2) os Militares da Força assumiram uma abordagem de *COIN* proativa, destinada a obter sinergia com as forças amigas e com as da nação anfitriã, melhor ilustrada através da parceria com o Comandante da força terrestre do Exército (denominado Dono da Arena [*Battlespace Owner* – *BSO*], que controlava o terreno ao redor da instalação; e (3) a *JBB* determinou um método de *ID* exclusivo que continha táticas, proficiências e procedimentos destinados a influenciar a arena, bem como inibir e desarticular as intervenções.¹² Este sucesso fez da *JBB* o modelo para colocar em execução os conceitos de *ID* em ambiente de combate. A revisão do histórico da defesa de Bases da Força Aérea, especialmente o que aprendemos no Vietnã, ilustra como os Militares empregaram os conceitos históricos ao ambiente operacional da *JBB*, inclusive os meios inovadores de combate à *IDF*.

Assimilação da Experiência Adquirida no Vietnã

Tanto no Vietnã, quanto no Iraque, a *IDF* foi a ameaça principal às Bases Aéreas, porque as armas que causam impasse capacitam as forças inimigas a combater à distância, proporcionando, assim, melhor chance de sobrevivência. No Vietnã, as forças do Vietcong e Norte-Vietnamitas atacaram as Bases Aéreas norte-americanas 475 vezes, de 1964 a 1973, principalmente com *IDF*, destruindo 99 aeronaves norte-americanas e Sul-Vietnamitas e danificando outras 1.170.¹³ Em contraste, os insurgentes dispararam mais de 340 morteiros e foguetes contra a *JBB* desde o momento em que a Força Aérea assumiu a responsabilidade de defesa, ou seja, o *BOS-I*. Esses golpes não resultaram em perda de aeronave e poucas foram danificadas. Além do mais, apenas 50 por cento das cargas disparadas atingiram a Base.¹⁴ A eficácia do adversário (*IDF*) contra a *JBB*, de acordo com o último critério, foi a mais baixa dentre as quatro Bases que sofreram maior número de investidas. Isso indica, entre

outras, que os insurgentes: assumiram a ofensiva às pressas; não contaram com o período de circulação tática necessário para concentrar o fogo; temiam a possibilidade de serem de alvo às patrulhas desembarcadas; ou de serem filmados (vídeo) de plataformas aéreas. (As fitas de vídeo são admissíveis como prova em tribunais iraquianos.)¹⁵

Desde o início de operações na *JBB*, a Base, não só passou por maior número de ataques do que qualquer outra instalação no Iraque, mas também a frequência de ataques *IDF* foi maior do que em todas as Bases Aéreas combinadas no Sudeste da Ásia, durante o mesmo período de tempo. (Ver figura.)¹⁶ Como naquele país, os ataques *IDF* à *JBB* aproveitaram o terreno, com seu rico solo agrícola, árvores, vinhedos e a geomorfologia mais complexa em todo o Iraque, devido a concentração de sistemas de irrigação e canais de drenagem que mantêm a principal região agrícola do país. Os obstáculos à defesa do perímetro da Base são similares aos do Vietnã. Como observa um relatório da *RAND* de 1995: “O impasse, especialmente com a utilização de foguetes, causou preocupação durante todo o final da guerra (Vietnã). Dada a natureza do conflito e do terreno, não havia medidas defensivas infalíveis.”¹⁷

No Iraque, a segurança em portões de acesso à Base e seu perímetro levou o inimigo a ataques *IDF* como meio de menor resistência e melhor possibilidade de interferência. O pessoal era obrigado a buscar abrigo durante os ataques. Além do mais, era necessário remover toda a munição não deflagrada antes de voltar a funcionar normalmente. Os padrões de ataque no Iraque demonstraram falta de especificidade em seleção de alvos. No entanto, o objetivo básico era interferir com as operações militares da coalizão e infligir baixas, a fim de sabotar a determinação do público norte-americano. As forças insurgentes iraquianas variavam, de membros do antigo *Baath* bem treinados, à tribos não emancipadas com milícias e agressores não qualificados, motivados unicamente pela recompensa monetária. Em consequência, grande número dessas agressões foi perpetrado por pessoal inexperiente, contratado

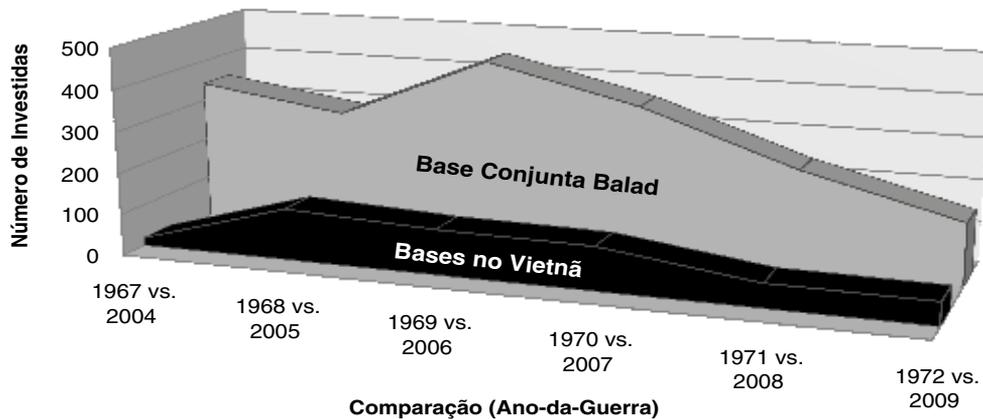


Figura. Comparação entre os ataques à Base Balad Conjunta e todos aqueles feitos contra as Bases norteamericanas no Vietnã. (De Alan Vick, *Snakes in the Eagle's Nest: A History of Ground Attacks on Air Bases* [Santa Monica, CA: RAND, 1995], 69, http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2006/MR553.pdf. Dados da JBB derivados do Cel Anthony Packard, *332d Expeditionary Security Forces Group, Joint Intelligence Support Element*, 1 March 2010.)

pelos grupos insurgentes. A estratégia manteve o enfoque em evitar e interromper os ataques, prevenindo que o inimigo concentrasse o fogo para máximo efeito. Por conseguinte, essas investidas eram de curta duração e executadas às pressas, de posições de mira sem preparo.

A diferença entre a defesa da JBB e a das Bases durante o Vietnã também era grande no que diz respeito à complexidade de ataques. No Vietnã foram mais eficazes porque as forças inimigas possuíam maior liberdade de movimento, permitindo que concentrassem o fogo e os ataques terrestres, devido à inabilidade da Base Aérea em patrulhar, de forma eficaz, o perímetro das instalações. Naquela época, as Bases Aéreas sofreram, não só ataques IDF, mas também 29 ataques de sapadores, durante os quais as forças tentaram penetrar as Bases para destruir aeronaves e defesa vital.¹⁸ Oito desses ataques empregaram a IDF como meio de dissimulação, permitindo a triagem de agressores, durante os ataques terrestres.¹⁹ No Iraque não houve esse tipo de ataque, porque é uma operação altamente complexa e sincronizada que requer força militar treinada, disciplinada, exatamente o que falta à insurgência iraquiana.

Além do mais, ao contrário do Vietnã, o acordo de segurança de 2008 entre os EUA-Iraque, alterou, de forma radical, as regras de engajamento. A guerra passou a ser “luta de ordem pública”. As forças norteamericanas eram obrigadas a estabelecer processo penal, documentando, via provas, contra os agressores.²⁰ O acordo continha múltiplos fatores restritivos. No entanto, solidificava a tentativa da grande estratégia em apoio aos programas iraquianos ao Estado de Direito. O outro benefício, a longo prazo, era fazer com que o departamento de ordem pública e os tribunais iraquianos fossem o ponto central do sucesso. Além disso, requeria que a polícia iraquiana tomasse conta de todos os casos contra supostos insurgentes, fazendo com que passassem pelos canais competentes do sistema jurídico do país. As novas diretrizes fomentaram uma imagem mais favorável dos Militares da Força Aérea norteamericana, colocando-os no papel de parceiros, garantindo o Estado de Direito iraquiano e não como força de ocupação, em desrespeito à autoridade local. Como tal, os Soldados, os membros das Forças de Segurança e os Militares da Força Aérea, juntamente com o pessoal do Gabinete de Investigações Especiais da Força Aérea [*Air Force Office of Special Investigations*], bem como

os pilotos de ambas as forças, prestaram testemunho em tribunais iraquianos, resultando em processos bem sucedidos, de acordo com o Direito Penal daquele país.²¹

Em comentário feito acerca do acordo de segurança de 2008 entre os EUA-Iraque, o Maj Gen Mike Milano, EUA, destaca que “aquilo que nós e os iraquianos lutamos por conseguir é a condição denominada primazia da polícia . . . de acordo com a qual as forças de ordem pública iraquianas possuem a responsabilidade principal pela segurança interna, sob controle civil, segundo a Constituição Iraquiana e o Estado de Direito.”²² Em consequência, a *JBB* iniciou outras parcerias com os oficiais de ordem pública do Iraque, construindo uma delegacia de polícia para a localidade. Os Soldados e Militares da Força Aérea norteamericana desempenharam seus deveres, lado a lado, com a polícia iraquiana, muitas vezes levando a efeito patrulhas e operações conjuntas e combinadas.

Conheça o Inimigo: Analistas de Inteligência da Força Aérea Dedicados à Defesa da Base

Ao contrário das Bases no Vietnã, a *JBB* contava com recursos de inteligência verdadeiramente dedicados à defesa. No Vietnã, os recursos de inteligência da Força Aérea destacavam as operações aéreas, em detrimento à defesa *terrestre* da Base, uma situação altamente problemática. Como nota o Gabinete Histórico da Força Aérea [*Office of Air Force History*]: “A deficiência em segurança externa [no Vietnã] foi devido a falta de inteligência confiável acerca de atividades inimigas dentro do perímetro de ataque das Bases, uma vez que a Força Aérea não gerava inteligência tática terrestre”.²³

A fim de remediar a situação, em novembro de 2008, a *BOS-I* da *JBB* estabeleceu uma organização de inteligência terrestre dedicada à proteção da força. Liderada e composta por profissionais da Força Aérea dedicados à Inteligência, Vigilância e Reconhecimento [*Intelligence, Surveillance, Reconnaissance – ISR*], este

grupo de apoio de inteligência conjunto [*Joint Intelligence Support Element – JISE*] contava com a assessoria de analistas civis, sob contrato. As sólidas operações em inteligência terrestre capacitaram as forças terrestres do Exército e da Força Aérea a defender a *JBB* com patrulhas de dissuasão, proativas, em áreas onde a probabilidade de *IDF* era maior.

A *BSO* empregou análise e inteligência, a fim de criar sinergia com o próprio pessoal de inteligência, aproveitando ao máximo, a capacidade da *JISE*. Esse empreendimento, completamente sincronizado, apoiava a fusão da inteligência destinada às operações de defesa na zona de segurança. O objetivo da *JISE* de antecipar a situação de combate, exigia o conhecimento prévio e habilidade em moldar as operações baseando-se, não só em revisão de ações inimigas passadas, mas também em prováveis ações futuras. A abordagem clássica, cujo fundamento é a análise de tendências históricas, tende a fazer com que a postura seja reagir após o incidente. De acordo com esse paradigma, as forças terrestres não fazem mais do que “reagir a disparos”. Em essência, buscam o inimigo na área de procedência dos disparos, como indicam os radares e relatórios dos vigilantes. Esta abordagem reativa é frustrante. É como jogar “*whac-a-mole*”. [Jogo de Galeria. Consiste de bancada, da altura da cintura. Contém cinco buracos na parte superior e grande marreta macia. Cada buraco contém uma toupeira de plástico. Quando o jogo inicia as toupeiras começam a aparecer, sem ordem previsível. O objetivo é golpear o maior número de toupeiras na cabeça]. É como perseguir o inimigo ao redor do campo de batalha, sem qualquer efeito duradouro. Embora temporário, requer tremenda quantidade de recursos e energia.

A análise da *JISE* resultou em processo de seleção de alvos direcionado pela inteligência, capacitando as forças de segurança da Força Aérea a passar, de postura defensiva, meramente reativa, a esquema proativo de manobras. O efeito desta estratégia, de caráter duradouro, requer o domínio da *geografia* humana, dentro e fora da instalação, bem como conhecer as relações entre os grupos, tribos e indivíduos principais. Esta realidade

forçou os Militares da Força a estudar e a discernir as redes extremistas violentas que operavam na área, mapeando e exercendo presença ativa sobre as mesmas, através de presença constante. Os Militares da Força alimentaram o ciclo de inteligência, compilando dados das relações estabelecidas em campo de batalha, preenchendo, assim, a lacuna de dados entre eles e a rede inimiga.

As operações conjuntas de *ID* adotaram modelo de inteligência que seguia as seguintes quatro linhas de operação, baseadas em análise *JISE*: (1) negar ao inimigo a liberdade de movimento que tende a passar despercebido, particularmente em locais costumeiros de ataque; (2) mapear as redes de insurgentes e identificar os líderes principais, bem como os intermediários armamentistas e centros de apoio; (3) estabelecer as ações rotineiras e os padrões (i.e., determinar quem se encontra com quem, quando e onde, e como se movimentam, disparam e se comunicam); e (4) mapear o terreno humano, a fim de descobrir as *falhas geológicas* entre a população local: quem odeia a coalizão e aqueles que a toleram com relutância, mas que pouco fazem no setor de assistência. Finalmente, aqueles que as forças convencem em apoiar os empreendimentos para manter segura a instalação e o perímetro exterior.

Esta tentativa deu origem ao plano de compilação de inteligência e estrutura operacional. Seu ciclo abrangia o período de duas a três semanas, aproveitando o poder de combate terrestre existente. Por exemplo: com os recursos existentes é impossível sempre negar a liberdade daquele tipo de movimento que tende a passar despercebido. No entanto, a análise de dados históricos resultou em estratégia que nega ao inimigo acesso aos locais favoritos de lançamentos de ataques, durante os períodos de atividades hostis mais prováveis. Cada lista de objetivos continha outra lista suplementar com os objetivos subordinados, que anotavam os recursos necessários, como inteligência via sinais. Havia outra lista para recursos, inclusive *ISR* embarcado, e ainda outra para os membros das forças de segurança, que dela faziam uso durante as patrulhas de combate.

O emprego direto de recursos aéreos outorgou à defesa da Base maior capacidade. A estratégia da *JISE* fomentou atmosfera colaborativa entre os muitos protagonistas conjuntos. Através da ordem de designação de tarefa padrão e processos de gerenciamento de compilação, a *JISE* conseguiu acesso regular ao *Global Hawk* e a sistemas geoespaciais conjuntos de Radar de Ataque de Vigilância [*Joint Surveillance Target Attack Radar System*]. A Célula de Integração Tática Nacional da Força Aérea [*Air Force National Tactical Integration Cell*] do destacamento avançado do Centro de Operações Aéreas Combinadas [*Combined Air Operations Center*] disponibilizou dados de inteligência derivados nacionalmente, i.e., de fontes múltiplas. Apesar da utilidade desses recursos, tornaram-se insignificantes perante a contribuição do grupo de operações expedicionárias e dos destacamentos de asa fixa e giratória do Exército, que produziram inúmeras horas “residuais” de *ISR*. Para extrair o maior benefício possível de recursos aéreos e residuais, a *JISE* foi obrigada a produzir, colocar em execução e avaliar um plano de compilação compreensivo.

A *JISE* agiu com eficácia, agregando destacamentos díspares, a fim de alcançar a situação final desejada: proteger o pessoal de ataques *IDF*. Devido a ausência de ameaça aérea insurgente e insuficiência de oportunidades de atingir alvos de forma cinética, os pilotos e planejadores aéreos acolheram a oportunidade de acumular horas suplementares de voo, compilando *ISR* para proteger a Base. Utilizavam o combustível e o período de circulação restantes, após cumprir com a missão principal. Os membros do grupo de operações registraram centenas de horas, à medida que, dia e noite, seguiam os líderes insurgentes à reuniões e encontros. Os grupos aéreos do Exército circulavam à distância, captando imagens da vida cotidiana dos insurgentes. A *JISE* orquestrou um plano de compilação, adaptável às escalas de voo residual, a fim de reconstituir a *ISR* contínua, entre 15 e 60 minutos, ou seja, o período de tempo em que o recurso estava disponível para a Base. O coordenador de compilação da *JISE* estabelecia um plano de compilação diário, denominado

residual deck [coleta residual]. Para cada alvo de compilação, incluía elementos específicos de dados destinados a fazer com que os analistas da *JISE* preenchessem as lacunas em alvo humano, bem como as atividades e redes de insurgentes associadas ao mesmo. Os analistas, parceiros da *JISE*, supriam informação crucial acerca das atividades cotidianas de cada alvo, mantendo os dados em simples planilha, compilada semanalmente. Dada a natureza da insurgência iraquiana, as operações de *ISR* bem sucedidas deviam incluir a coleta terrestre feita pelas patrulhas, em contato íntimo com indivíduos importantes e com a multidão que os cercava.

Como o plano de compilação aéreo, o terrestre iniciou com o exame da estratégia *ISR* completa para determinar as tarefas adequadas às patrulhas. Os militares das forças de segurança da Força Aérea comprovaram sua importância para a execução bem sucedida da estratégia de compilação de inteligência da *JISE*. Diariamente, as patrulhas operavam na arena de batalha, levando a cabo operações de negação de terreno e interagindo regularmente com grupos de cidadãos iraquianos que viviam dentro de 10 quilômetros do perímetro da Base [aproximadamente 120.000 habitantes]. A oportunidade de acesso à inteligência, dessas patrulhas, era enorme, especialmente em mapeamento do terreno humano, das relações entre os indivíduos e os grupos principais em campo. De acordo com o Gen David H. Petraeus, “o terreno humano é o decisivo.”²⁴ Significa competir com os insurgentes para obter a influência e o apoio da população, cuja cooperação e confiança devemos assegurar para fazer com que a segurança e a estabilidade criem raízes.

O plano de campanha do *BSO* e as operações *ID* da *JBB* destacam as tentativas para influenciar o terreno humano. Em cada vizinhança, as patrulhas do Exército e da Força Aérea entabulavam bate-papos com a população, a fim de determinar a identidade dos indivíduos, sua ocupação e opinião referentes a diferentes tópicos, tais como a situação de segurança, serviços públicos, e assim por diante. A identificação dos residentes das várias casas e as coordenadas de cada moradia, possibilita-

ram às patrulhas mapear, literalmente, o terreno humano ao redor da *JBB*. Com os dados, os analistas da *JISE* registraram, devidamente, cada indivíduo, obtendo, assim, um quadro mais completo. As fontes tradicionais de inteligência permitiram às forças de segurança localizar os líderes principais nas diferentes quadras, que continham de cinco a dez casas. Conseguiram determinar, com facilidade, a residência exata, bem como os ocupantes. Simplesmente faziam perguntas [indiretas] pertinentes a respeito de dado indivíduo. Esta prática foi tão eficaz que, às vezes, o indivíduo ficava surpreso quando abria a porta e encontrava um pelotão na frente da casa.

A Sincronia da Contra-insurgência: O Desenvolvimento de Parcerias Conjuntas e Combinadas

Na *JBB*, os Militares da Força Aérea aprenderam a empregar as operações e meios não cinéticos, a fim de adquirir efeitos duradouros em apoio à *COIN* do *BSO* e aos planos de campanha de estabilidade. A Ala organizava reuniões bi-semanais de *COIN*, sincronizando o engajamento civil do *BSO*, a fim de assegurar completo apoio do Exército, Força Aérea e parceiros do Departamento do Exterior. O *BSO* adotou a Força Aérea e outros grupos de parceiros, a fim de alcançar os objetivos gerais da campanha ao longo de três linhas decisivas de operações: segurança, desenvolvimento econômico e administração pública. Os representantes das alas e os analistas da *JISE* reuniam-se, no mínimo, cinco vezes por semana com o *BSO* e grupos de parceiros para melhorar a coordenação e partilha de dados. Essas reuniões incluía uma revisão das operações de inteligência e sincronia, seleção de alvos, o sumário de efeitos semanais do *BSO* e inúmeras reuniões de sincronia entre os oficiais de campo e da companhia. Para os operadores isso significava oferecer apoio, tais como dados de *ISR* acerca da localização de líderes, rastreamento dos pontos principais

da *IDF* e monitoria de segurança aérea para as pesquisas de opinião pública acerca das eleições iraquianas, bem como demonstrações de potência aérea com *F-16s* sobrevoando áreas com o maior número de ataques *IDF*.

O *BSO* era o responsável pela sincronia de todas as forças amigas em sua área de operações. As tarefas incluíam levar a cabo todo tipo de ações, quer sejam ou não cinéticas, mantendo-se ciente da situação de todas as forças e controlando as medidas de apoio de fogo. O *BSO* empregava a capacidade de toda a coalizão, do governo da nação anfitriã e destacamentos de outros parceiros, inclusive entidades não militares, tais como equipes do Departamento do Exterior que levavam a cabo a reconstrução da província e organizações não-governamentais. Suas realizações comprovaram que, se propriamente sincronizadas, tais operações de apoio mútuo criavam uma relação simbiótica e unificação de empreendimento. Em última análise, resultam em utilização mais eficiente de recursos. O Comando das Forças Conjuntas dos EUA notaram que os *BSOs* estão aprendendo a aproveitar todos os catalisadores de operações disponíveis: “Muitos protagonistas conjuntos . . . atuam em áreas de operações dos encarregados da arena de combate . . . Esses, por sua vez, sentem-se cada vez mais a gosto com esses protagonistas, ‘não designados’, em sua área.”²⁵

Foi importante reconhecer que todas as bases de operações dentro da esfera de ação dos *BSOs* tem a possibilidade de causar profundos efeitos positivos ou negativos de segunda e terceira ordens, através de todo o ambiente de operações. Esses incluem decisões que parecem estar confinadas à Base, em si, quer sejam serviços da Polícia Militar (operações jurídicas e de ordem pública), empreitada, construção ou algo simples como patrocinar evento para as crianças da vizinhança. Se tais operações e atividades são mal coordenadas e se os vínculos nacionais locais não forem bem compreendidos, podem solapar a relação do *BSO* com os oficiais principais da comunidade e afetar, de modo negativo, as tentativas ao longo de múltiplas linhas de operação. A *JBB* operava com forças diversas da nação, como: a polícia federal iraquiana;

grupos paramilitares, tais como os Filhos do Iraque; pessoal iraquiano contratado da localidade para desempenhar funções de controle de entrada à Base; e elementos do Exército e Força Aérea do Iraque. As forças de segurança da Força Aérea dos EUA levaram a efeito patrulhas combinadas com os destacamentos do Exército iraquiano para solidificar o relacionamento mútuo. Essas e os múltiplos engajamentos entre os altos líderes das forças norteamericanas e o Exército iraquiano, eventualmente fizeram com que a *JBB* começasse a abrigar as forças daquele Exército na *JBB* em agosto de 2010.²⁶

As operações de combate, tanto cinéticas, como não-cinéticas exigem coordenação através de todo o espectro das operações *COIN*. O plano de campanha do *BSO* requeria que os Militares da Força compreendessem a doutrina operacional e a filosofia *COIN*, e como as operações diárias e interações públicas afetavam a arena de combate. Acima de tudo, os líderes da 332^a Ala Expedicionária Aérea perceberam que a parceria com o *BSO* era imperativo operacional. Assim, designaram um oficial do estado-maior, cujo enfoque exclusivo era sincronizar as operações da ala e o engajamento da nação anfitriã com o *BSO*. Tal tentativa reduziu a fricção, eliminou as deficiências entre diretrizes e sincronizou a *JBB* inteiramente com as operações de dados e mensagens de relações públicas do *BSO*. Alguns exemplos de empreendimentos *COIN* não-cinéticos incluíram: eventos especiais para as crianças e homens de negócios da localidade; os Militares da Força em patrulha de combate engajaram altos líderes das forças iraquianas e das tribos; os bombeiros da Força treinaram os departamentos de bombeiros voluntários da comunidade em técnicas americanas de combate ao fogo; as forças de segurança e o pessoal médico providenciaram tratamento de emergência em postos de controle de entrada à Base; a observação de estatutos regionais e da nação, acerca de direitos hidrográficos; oportunidades de emprego para recompensar as tribos pela cooperação com a coalizão; frequentes patrulhas desembarcadas para fomentar o relacionamento com as tribos e fazendeiros da região; assistência du-

rante emergência médica em vilarejos; a distribuição de suprimentos médicos e escolares; cadeiras de rodas para pessoas incapacitadas; e uma miríade de atividades de engajamento comunitário menores, mas importantes, a fim de realçar o fato de que a *JBB* era boa vizinha.

Para combater as desvantagens que as forças de combate encaram em termos de cobertura limitada e tempo de circulação, a *JBB* notou que era essencial um processo compreensivo e contínuo de sincronização. Essa tentativa resultou em setor aéreo da patrulha combinada da força tarefa e a matriz de sincronia da *ISR*, uma representação sucinta de patrulhas terrestres e cobertura aérea projetada para cada período de 24 horas, durante o ciclo de efeitos de *BSO* semanais. Essa matriz dirigia-se, especificamente, aos círculos de ameaça *IDF* e supria visibilidade aos recursos aéreos e terrestres do *BSO* e da Força. Este empreendimento sincronizado assegurou que as patrulhas aéreas e terrestres cobririam os focos antecipados de ameaças *IDF* gerados pela *JISE*.

Como Estabelecer a Organização para a Defesa Integrada

A fim de alcançar os efeitos desejados, a 332ª Ala Expedicionária Aérea [*332d Air Expeditionary Wing*] fez com que os recursos da Base ficassem sujeitos à autoridade do Comandante de Defesa da *JBB*, um coronel das forças de segurança da Força Aérea responsável pela *ID* da Base. Colocava em execução a proteção da força e as operações defensivas.²⁷ Aquele indivíduo empregava os recursos conjuntos que operavam na vizinhança da *JBB* para garantir abordagem colaborativa com os destacamentos conjuntos dos parceiros e as forças da nação anfitriã. Essas, por sua vez, produziram vantagens operacionais e “atenuariam riscos em potencial e derrotariam as ameaças inimigas.”²⁸ Além do mais, o comandante da força de defesa sincronizava as operações *ID* através do centro de operações de defesa conjunta, abrigado junto ao centro de operações táticas do *BSO*. O centro de opera-

ções conjuntas de defesa dirigia e integrava todos os elementos de comunicação e sistema de segurança subordinado, servindo de coordenador tático, tanto em inteligência, quanto em orientação para os efeitos *BSO* que impulsionam o empreendimento de defesa.

Uma equipe verdadeiramente conjunta, a estrutura de defesa incluía controle tático da bateria de interceptação conjunta do morteiro de artilharia de combate a foguetes [*Counter-Rocket Artillery Mortar – (C-RAM)*]. Os Soldados e Marinheiros da *C-RAM* eram responsáveis pelo emprego da capacidade de interceptação, percepção, reação e alerta do sistema, juntamente com o poder de combate, como defesa exclusiva contra os ataques *IDF* e o sistema de alerta local para as áreas povoadas da Base. O *C-RAM* sob o comando tático do Comandante da força de defesa da Força Aérea assegurava a melhor integração possível desta capacidade à segurança física geral e à estrutura de proteção da força para a *JBB* e ao plano de combate à *IDF*.

A fim de produzir efeitos na arena de combate, o comandante de defesa da força e os Militares da Força Aérea entraram em parceria com um *BSO* terrestre que possuía a responsabilidade operacional pelo terreno que circundava a *JBB*, bem como o desenvolvimento e execução do plano de campanha que apoiava os objetivos nacionais dentro da área geográfica específica. Como parte do conceito *BSO*, todo o pessoal em trânsito pelo *BSO* deve cumprir com o intento do comandante para a arena de combate, comando tático e protocolos de controle do Exército, requisitos de planejamento de missão e o esquema de manobra que apoia o plano de campanha do *BSO*. O cumprimento com toda a orientação e geração dos efeitos desejados exigia empreendimento completamente sincronizado e coordenado entre a Força Aérea e as forças desembarcadas do Exército que defendiam a Base Aérea.

Um dos fatores importantes é que o *BSO* percebia a defesa da *JBB* como subcategoria de extensa lista de missões. A fim de colocar as dificuldades operacionais do *BSO* em perspectiva, deve-se notar que era responsável por grande área geográfica, além do círculo de

ameaça *IDF* que afetava a Base. Eram mais de 3.000 quilômetros quadrados. Não somente os 243 quilômetros quadrados que abrangiam a área de ameaça de ataque de impasse da *JBB*. A análise do ambiente operacional da Base indica, claramente, como um *BSO* podia ir além da capacidade e como a proteção externa da Base Aérea acabava sendo relegada à baixa prioridade.

Conclusão

O histórico oficial da Força Aérea no Vietnã ilustra como as prioridades opostas dos comandantes terrestres fizeram com que o comprometimento de poder de combate terrestre dedicado da Força Aérea para proteger as Bases Aéreas assumisse imperativo operacional: “A dependência em outros setores das Forças Armadas para defender as Bases Aéreas foi um problema para a *RAF* em Creta, para a *Luftwaffe* no Norte da África e para as Forças Aéreas dos Estados Unidos no Vietnã. Em cada um desses casos, a defesa da Base Aérea foi obrigada a competir com outras missões de mais alta prioridade para os comandantes terrestres.”²⁹

A fim de remediar essas deficiências históricas, os parceiros conjuntos na *JBB* integraram seus recursos limitados por completo para apresentar uma frente unida ao adversário e limitar as deficiências em defesa. Conseguiram alcançar esse objetivo através de múltiplos níveis de partilha de dados o que deu aos defensores da Base um quadro operacional comum, através de inteligência compartilhada. As forças de operações aéreas e terrestres integradas interditaram e capturaram 22 atiradores *IDF* e acionadores de *IEDs* em um período de cinco meses, validando a abordagem conjunta. Essas operações eliminaram mais da metade dos indivíduos em posições elevadas e mais de uma dezena de pessoal inimigo da lista dos indivíduos “mais procurados”.

Os líderes da Força Aérea devem assimilar muitas lições importantes com o modelo de defesa *JBB*, uma vez que ameaças assimétricas à operações aéreas têm a probabilidade de aumentar com o tempo. Como indica o es-

tudo da *RAND* “Antecipamos que os adversários [de Bases Aéreas] perseguiriam três diferentes objetivos com esses [futuros] ataques: (1) destruir recursos altamente valiosos, essenciais às operações da Força Aérea; (2) temporariamente suprimir as decolagens em momento crítico durante crise ou conflito; (3) criar um ‘evento estratégico’, um incidente politicamente decisivo, como seria a perda de batalha principal – militar ou operacionalmente – o que reduziria o apoio público/da liderança dos Estados Unidos à operação militar em andamento.”³⁰

As lições assimiladas na defesa da *JBB* destacaram a capacidade e os pontos fortes da *ID* que a Força Aérea norteamericana contribuiria à luta conjunta para defender contra ameaças assimétricas. A Força Aérea deve continuar a aperfeiçoar a abordagem *ID*, treinar os líderes que compreendem e adotam o conceito *BSO* que, com facilidade, conseguem conectar-se às operações conjuntas em *COIN* e ambientes de estabilidade operacional. Por exemplo, em 2010, o Curso de Comando de Defesa Integrado [*Integrated Defense Command Course*], o curso principal da Força Aérea em defesa de Base, ainda não requer a coordenação com um *BSO* terrestre ou parceiro da nação anfitriã para os cenários de exercício, continuando a permanecer sem metodologias tecnológicas e de sincronia, tão essenciais à sinergia da defesa conjunta das Bases. A Força Aérea deve codificar o aprendizado operacional da *ID* da *JBB* em conceitos organizacionais e operacionais que seriam empregados em operações de defesa de Bases atuais e futuras.

O modelo de defesa *JBB* comprovou que os Militares da Força Aérea conseguem assegurar sua posição no campo de batalha como verdadeiros parceiros conjuntos e combinados, defendendo, não só seus próprios recursos aéreos e combatentes, mas também aqueles da equipe conjunta. O comprometimento dos Militares da Força para com a proteção da força conjunta da *JBB* comprovou ser essencial em manter a *IDF* sob controle, diminuindo seus efeitos em operações aéreas. Os resultados foram impressionantes: entre novembro de 2008 e março de 2010, os ataques *IDF* diminuíram a 52 por cento; o fogo

superfície-ar passou por uma redução de 40 por cento.³¹ Este sucesso permitiu que o BSO concentrasse os recursos limitados de combate em tarefas básicas que apoiavam atividades, tais como o engajamento de altos líderes, o aumento em capacidade das forças de segurança iraquianas, o desenvolvimento econômico e os projetos de construção. Na JBB o BSO declarou que as forças de segurança da Força Aérea providenciaram o equivalente a mais de uma Companhia de Infantaria, em poder de combate, utilizada para alcançar efeitos desejados específicos do outro lado do perímetro.³² Ao enviar os Militares da Força para enfrentar o inimigo no domínio terrestre e aéreo, a Força Aérea recebeu maior segurança e liberdade de movimento, em apoio às próprias operações aéreas e responsabilidades de defesa da Base pelo BOS-I.

A verdadeira guerra conjunta significa que devemos dedicar menor atenção a elogios e maior a efeitos. Na JBB, os líderes da Força Aérea, de todo escalão, adotaram o conceito

ID e buscaram meios de apoiar o plano de campanha COIN do BSO, porque beneficiava a defesa da instalação, assegurando a execução de operações aéreas em arena mais segura e estável. Como notou o BSO: “Controlar os obstáculos apresentados por este ambiente complexo requer grande número de teóricos ágeis e peritos em resolução de problemas holísticos, que conseguem identificar e colocar em operação efeitos específicos de espectro abrangente em ambiente operacional ou baseados em operações de estabilidade.”³³ Esses efeitos de campo de batalha deixam bem claro o que os Militares da Força Aérea podem alcançar com os parceiros combinados e conjuntos, utilizando integração eficaz e de prontidão para mobilizar a capacidade em ID em apoio à luta conjunta. As experiências no Iraque exigem nova perspectiva acerca da função que a Força Aérea desempenha em defesa dos próprios recursos e daqueles da força conjunta. □

Notas

1. Giulio Douhet, *The Command of the Air*, trans. Dino Ferrari (1942; reimpressão, Washington, DC: Office of Air Force History, 1983), 53–54.

2. Air Force Doctrine Document 1, *Air Force Basic Doctrine*, 17 November 2003, 25, http://www.dtic.mil/doctrine/jel/service_pubs/afdd1.pdf.

3. Maj David P. Briar, “Sharpening the Eagle’s Talons: Assessing Air Base Defense,” *Air and Space Power Journal* 18, no. 3 (Fall 2004): 65–74, <http://www.airpower.au.af.mil/airchronicles/apj/apj04/fal04/Fal04.pdf>

4. Richard G. Davis, *The 31 Initiatives: A Study in Air Force–Army Cooperation* (Washington, DC: Office of Air Force History, 1987), 125.

5. “Validating the Abrogation of Joint Service Agreement 8,” AF/XOS-F staff package, 18 November 2004.

6. Brig Gen Robert H. “Bob” Holmes et al., “The Air Force’s New Ground War: Ensuring Projection of Air and Space Power through Expeditionary Security Operations,” *Air and Space Power Journal* 20, no. 3 (Fall 2006): 51, <http://www.airpower.au.af.mil/airchronicles/apj/apj06/fal06/Fal06.pdf>

7. Air Force Policy Directive (AFPD) 31-1, *Integrated Defense*, 7 July 2007 (incorporando a mudança 1, 22 April 2009), 2, <http://www.af.mil/shared/media/epubs/AFP031-1.pdf>.

8. Ibid.

9. SSgt Don Branum, 332d Air Expeditionary Wing Public Affairs, “Balad Airmen Look Back: 2008 in Re-

view,” 1 January 2009, Joint Base Balad, Iraq, <http://www.balad.afcent.af.mil/news/story.asp?id=123129950>.

10. “Warrant Officer: ‘It’s Just a No-Win Situation,’” National Public Radio, 13 July 2007, <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=11952622>.

11. David T. Young, “Applying Counterinsurgency Theory to Air Base Defense: A New Doctrinal Framework” (tese, Naval Postgraduate School, September 2005), 29, <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA439510>.

12. *Battlespace owner* [Dono da Arena de Combate] não é um termo aprovado pela Força Aérea ou pela Força Conjunta. Contudo, as forças conjuntas e o Comandante da força terrestre da JBB utiliza-o para descrever sua autoridade sobre a área geográfica que circunda a Base. O termo é usado pelo Centro de Guerra Conjunto [Joint Warfighting Center], Comando das Forças Conjuntas dos Estados Unidos [United States Joint Forces Command], e foi utilizado em inúmeras publicações, inclusive: Gen Gary Luck, Col Mike Findlay e pelo Joint Warfighting Center Joint Training Group, “Insights and Best Practices: JTF Level Command Relationships and Joint Force Organization,” Focus Paper no. 4 ([Norfolk, VA:] United States Joint Forces Command, Joint Warfighting Center, November 2007), 5, <https://jko.harmonieweb.org/lists/Sitelinks/attachments/63/JTF%20level%20Command%20Relationships%20and%20Joint%20Force%20Organization%20-%20Focus%20Paper%204%20-%20Nov%20>

2007.pdf; and Gen Gary Luck, Col Mike Findlay, and the Joint Warfighting Center Joint Training Division, "Joint Operations: Insights and Best Practices," 2d ed. ([Norfolk, VA:] United States Joint Forces Command, Joint Warfighting Center, July 2008), <http://www.ndu.edu/pinnacle/docUploaded/Insights%20on%20Joint%20Operations.pdf>. Ver também AFPD 31-1, *Integrated Defense*.

13. Alan Vick, *Snakes in the Eagle's Nest: A History of Ground Attacks on Air Bases* (Santa Monica, CA: RAND, 1995), 68, http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2006/MR553.pdf.

14. Col Anthony Packard, 332d Expeditionary Security Forces Group, Joint Intelligence Support Element, 1 March 2010.

15. Ibid.

16. Dados derivados de Vick, *Snakes in the Eagle's Nest*, 69; e Cel Anthony Packard.

17. Vick, *Snakes in the Eagle's Nest*, 102.

18. Ibid., 90.

19. Ibid.

20. "Agreement between the United States of America and the Republic of Iraq on the Withdrawal of United States Forces from Iraq and the Organization of Their Activities during Their Temporary Presence in Iraq," 17 novembro 2008 (entrou em vigor em 14 dezembro de 2008), http://iraq.usembassy.gov/media/2010-irc-pdfs/us-iraq_security_agreement_ena.pdf.

21. Armand Cucciniello, "Iraq Proves Fertile Ground for Rule of Law Programs," 18 março de 2008, Embaixada dos Estados Unidos, Bagdá, Iraque, http://iraq.usembassy.gov/prt_news_03182008.html.

22. "Police Primacy and Rule of Law in Iraq Dominate Press Conference," Comunicado de Imprensa No.

090619-01, Multi-National Security Transition Command-Iraq, Public Affairs Office, Phoenix Base, 19 June 2009, *Operation New Dawn: Official Website of United States Forces-Iraq*, http://www.usf-iraq.com/?option=com_content&task=view&id=26970&Itemid=128.

23. Roger P. Fox, *Air Base Defense in the Republic of Vietnam, 1961-1973* (Washington, DC: Office of Air Force History, 1979), 171.

24. "Opening Statement, General David H. Petraeus, Confirmation Hearing: Commander, ISAF/US Forces-Afghanistan, 29 June 2010," United States Central Command, <http://www.centcom.mil/en/from-the-commander/gen-petraeus-isaf-confirmation-hearing>.

25. Luck, Findlay and the Joint Warfighting Center Joint Training Group, "Insights and Best Practices," 5.

26. SSgt Phillip Butterfield, 332d Air Expeditionary Wing Public Affairs, "Iraqi Army Returns to Joint Base Balad," Air Force News Service, 18 August 2010, <http://www.af.mil/news/story.asp?id=123218187>.

27. AFPD 31-1, *Integrated Defense*, 8.

28. Ibid., 2.

29. Vick, *Snakes in the Eagle's Nest*, 108.

30. David A. Shlapak e Alan Vick, "Check Six Begins on the Ground": *Responding to the Evolving Ground Threat to U.S. Air Force Bases* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 1995), 15-16.

31. Col Anthony Packard.

32. Lt Col Eric R. Timmerman, Comandante, 1o Batalhão, 28o Regimento de Infantaria "Black Lions," 4a Equipe de Combate da Brigada de Infantaria, o dono da arena de combate, entrevistado pelo TenCel Shannon W. Caudill, 17 julho 2010.

33. Ibid.



Tenente Coronel Shannon W. Caudill recebeu o Bacharelado em Ciências da Norwich University, o Mestrado em Ciências da Central Michigan University e Mestrado em Ciências Militares [MMS] da Universidade do Corpo de Fuzileiros Navais [Marine Corps University]. [É o Diretor Adjunto do Departamento de Estratégia e Liderança [Department of Strategy and Leadership] da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica [Air Command and Staff College], Base Aérea Maxwell, Alabama. Anteriormente, foi o Comandante do 532º Esquadrão de Forças de Segurança Expedicionária [Expeditionary Security Forces Squadron (The Lions)] Base Conjunta Balad, Iraque. Como Oficial das Forças de Segurança da Força Aérea, desempenhou funções em diferentes hierarquias: destacamento; Comando Maior; e Estado-Maior Conjunto; comandou três esquadrões de forças de segurança; serviu em quatro cargos no estrangeiro; e acumulou 18 meses de experiência em combate no Iraque. Redigiu inúmeros documentos para guia à diretrizes governamentais e artigos acerca de terrorismo, liderança interagencial e ordem pública, publicados na *Joint Force Quarterly*, *American Diplomacy* e *The Guardian*—o periódico antiterrorismo do Estado-Maior Conjunto. Formado pela Escola de Oficiais de Esquadrão [Squadron Officer School], Escola de Comando e Estado-Maior dos Fuzileiros Navais [Marine Corps Command and Staff College] e Escola Superior do Estado-Maior das Forças Conjuntas [Joint Forces Staff College].



Coronel Anthony M. Packard, USAF Formando da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos [*United States Air Force Academy – USAFA*], recebeu o Mestrado em Artes da *US Naval Postgraduate School*. É o Diretor Adjunto de Treinamento, Agência de Segurança Nacional / Serviço de Segurança Central [*National Security Agency / Central Security Service*]. Durante o período de 2009–10 foi destacado ao Iraque para servir de oficial encarregado do grupo de apoio à inteligência conjunta, Base Conjunta Balad, Iraque [*Joint Base Balad, Iraq*]. Nesta última, assessorava o Comandante da Força de Defesa acerca de ameaças terrestres às instalações e oferecia alerta de ameaça e superintendência de inteligência aos membros que operavam fora da zona de segurança da Base. É oficial de carreira em Inteligência. Comandou o 451 Esquadrão de Inteligência [*451st Intelligence Squadron*], Real Força Aérea [*Royal Air Force*] Menwith Hill, Reino Unido. Desempenhou cargos de Estado-Maior nos Quartéis Gerais da Força Aérea [*Headquarters Air Force*], Forças Aéreas do Pacífico [*Pacific Air Forces*] Agência de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento da Força Aérea [*Air Force Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance Agency*]. É distinto formando da Escola de Oficiais de Esquadrão e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Concluiu bolsa de estudos junto ao Projeto da Força Aérea [*Project Air Force*] da RAND.



Tenente Coronel Raymund M. Tembreull, USAF Bacharelado em Ciências da University of Michigan; Mestrado em Artes da *American Military University* é o Chefe do Ramo de Segurança do Sistema de Armas, Divisão de Proteção da Força e Operações, Diretório de Forças de Segurança, Quartéis-Generais da Força Aérea, Washington D.C. [*Weapon System Security Branch, Force Protection and Operations Division, Directorate of Security Forces, Headquarters US Air Force, Washington, DC*]. De outubro de 2009 a abril de 2010, foi o Diretor de Operações [*Director of Operations*] para o 332º Grupo de Forças de Segurança Expedicionária [*332d Expeditionary Security Forces Group*] na Base Balad, Iraque. Também desempenhou cargos no destacamento e Comando Maior. Foi Comandante de Esquadrão em três ocasiões distintas. Chefiou o 15º Esquadrão de Forças de Segurança [*15th Security Forces Squadron*], Base Aérea Hickam, Havaí, o 741º Esquadrão de Forças de Segurança de Mísseis [*741st Missile Security Forces Squadron*], Base Aérea Malmstrom, Montana e o 36º Esquadrão de Forças de Segurança [*36th Security Forces Squadron*], Base Aérea Andersen, Guam. Durante seu primeiro comando com o 36º, estabeleceu defesa de base integrada [*integrated base defense – IBD*] um conceito revolucionário adotado como padrão para o Comando das Forças Aéreas do Pacífico e demarcado pelo Estado-Maior da Força Aérea como modelo de execução *IBD* para as Bases. Durante toda a carreira seu enfoque foi o aperfeiçoamento de segurança, refinando o conhecimento acadêmico, perseguindo oportunidades de desenvolvimento profissional singulares, que incluí a Academia Nacional do FBI [*FBI National Academy*] e Bolsa de Estudos no Laboratório Técnico Nacional da Força Aérea [*Air Force National Lab Technical Fellowship*] nos Laboratórios Nacionais Sandia [*Sandia National Labs*].